

RELAÇÕES BRASIL-CHINA: IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E DESCONEXÃO

Angelita Matos Souza¹

Resumo: Neste texto, o objetivo é apresentar uma reflexão breve sobre as relações Brasil-China, orientadas por duas perguntas: 1. As relações entre os dois países podem ser apreendidas a partir do par imperialismo e dependência? 2. Seria possível vislumbrar uma nova rodada de dependência com desenvolvimento via relações com o país asiático? Em linhas gerais, argumentaremos contra a caracterização das relações Brasil-China como de dependência; tampouco abordaremos a China como potência imperialista, indicaremos apenas que práticas imperialistas, certamente, caracterizam o expansionismo chinês. Além disso, defenderemos que as relações com o país asiático estão inseridas na fase atual da dependência, marcada pela dissociação entre dependência e desenvolvimento (industrial). Por fim, a possibilidade de reversão dessa situação será considerada por meio da ideia de desconexão.

Palavras-chave: Relações Brasil-China. Imperialismo. Dependência. Desenvolvimento. Desconexão.

Abstract: In this text, the objective is to present a brief reflection on Brazil-China relations, guided by two questions: 1. Can the relations between the two countries be understood from the point of view of imperialism and dependence? 2. Would it be possible to envision a new round of dependence with development via relations with the Asian country? In general terms, we will argue against the characterization of Brazil-China relations as one of dependence; nor will we approach China as an imperialist power, we will only indicate that imperialist practices certainly characterize Chinese expansionism. In addition, we will argue that relations with the Asian country are inserted in the current phase of dependence, marked by the dissociation between dependence and (industrial) development. Finally, the possibility of reversing this situation will be considered through the idea of disconnection.

Keywords: Brazil-China relations. Imperialism. Dependency. Development. Delinking.

I. Introdução

Abordaremos as relações Brasil-China neste início de século à luz de duas perguntas: 1. As relações entre os dois países podem ser apreendidas a partir do par imperialismo-dependência? 2. Uma nova rodada de desenvolvimentismo dependente e associado seria possível a partir das relações do Brasil com o país asiático?

¹ Professora da UNESP-Rio Claro. Email: matos.souza@unesp.br

No tocante ao método, nos orientamos pela valorização do proposto pela teoria da dependência: a análise integrada entre fatores externos e fatores internos. É verdade que entre os expoentes principais da teoria costuma predominar uma das dimensões, de fato, desconhecemos estudos no campo dependentista que tenham alcançado uma articulação equilibrada entre fatores internos e externos, a balança sempre pende para um dos lados. De nossa parte, interessa a reflexão sobre a dependência da perspectiva política, portanto, é inevitável focar nos fatores internos, na vida política doméstica do país dependente, tentando não descurar da sua modulação pelos fatores externos.

A título de ilustração, diríamos que existem boas análises da crise que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, porém com baixa consideração pelos fatores externos, análises centradas nos *erros* da política econômica ou nas dificuldades políticas (falta de habilidade para lidar com o Legislativo, com os movimentos sociais, para manter apoio empresarial). Abordagens um tanto descoladas (*i*) do movimento de reorganização da economia mundial após crise de 2008, que rebateu internamente, nas expectativas e decisões dos agentes econômicos locais, nacionais e estrangeiros; (*ii*) e sem a devida atenção às formas de ingerência política externa-endógena que ganharam terreno neste início de século (*Lawfare*)².

Como entendemos, o maior legado da teoria da dependência consiste justamente no método proposto, é o que garante a atualidade do enfoque, mas é difícil de praticar, por isso, inclusive, a experiência chinesa parece pôr em dúvida a validade da teoria. De modo similar ao que já ocorrera com relação a outros *sucessos* asiáticos, como os da Coreia do Sul e do Taiwan, o caso chinês tem levado analistas à crítica da teoria da dependência, considerada estreita para o entendimento da experiência chinesa, devido ao peso conferido aos obstáculos estruturais engendrados pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em âmbito mundial³. Isto é, a ênfase nos fatores externos dificultaria a compreensão de casos bem-sucedidos (asiáticos) de desenvolvimento capitalista tardio, a partir de uma situação periférica e na fase do capitalismo monopolista avançado em âmbito mundial.

Neste ponto, convém observar, com respeito às duas correntes principais da teoria da dependência, que na obra de Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, o acento recai sobre os fatores internos, sobre a dimensão política interna, na medida mesmo em que os interesses externos se internalizam; ao passo que as relações econômicas

² Ver, por exemplo, os trabalhos de Carvalho (2018); e Singer (2015), com análises muito boas, porém centradas nos fatores internos. Já Bastos (2017), entendemos que praticou o método proposto pela teoria da dependência, procurando articular a crise interna às mudanças em âmbito internacional.

³ Ver Kufakurinani et al (2017), coletânea de entrevistas na qual alguns dos entrevistados apontam que a teoria da dependência teria se mostrado insuficiente na explicação de sucessos asiáticos.

internacionais jogam papel decisivo nas análises dos expoentes principais da Teoria Marxista da Dependência (TMD): Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra. Para nós, em que pese as diferenças, tanto a análise de Cardoso e Faletto (e obras afins) como estudos no campo da TMD seriam produtivos ao entendimento de experiências asiáticas consideradas exitosas.

No caso chinês, este combina o ponto de partida da revolução nacional-popular com desenvolvimentismo via associação com capitais estrangeiros, em uma trajetória que se distingue pela configuração de um Estado não-dependente, ainda que isso não leve (por enquanto) à inclusão do país na lista das potências imperialistas da ótica da etapa superior.

Conforme Lênin (2021), o capitalismo teria se transformado em imperialismo na virada do século XIX para o XX, fase identificada ao capitalismo monopolista ou domínio do capital financeiro. Dessa perspectiva, não seria correto restringir o imperialismo a práticas políticas dos Estados dominantes sobre os Estados dependentes, ancorados na dominância financeira e militar, de modo a impor os interesses dos seus capitalistas no espaço econômico periférico. O imperialismo também não seria, fundamentalmente, uma via de ampliação dos mercados externos para contrabalançar insuficiências de consumo nos países desenvolvidos. O enfoque leninista define por imperialismo, acima de tudo, a etapa superior do capitalismo e a China, para nós, ainda não se enquadraria nesta definição, no entanto para avançar nessa hipótese, necessitaríamos de estudos mais aprofundados sobre o sistema financeiro na China, o que não realizamos.

Apenas seguimos a análise de Jabbour e Gabrielli (2021), que ressaltam o caráter predominantemente estatal e politicamente orientado do sistema financeiro chinês. Ademais, estamos abertos à leitura dos autores no que concerne a compreender a China como uma formação econômico-social de tipo nova, que combinaria modos de produção capitalista, não capitalista e socialista; ao invés de se operar simplesmente com a ideia de capitalismo de Estado. Na abordagem das relações Brasil-China, nos limitaremos a falar em *práticas imperialistas*, relacionadas ao uso comum da acepção de imperialismo, identificado a políticas de exploração dos países dependentes pelos países dominantes.

De todo modo, gostaríamos de anotar alguns fatores que, como vemos, desabonam a qualificação das relações Brasil-China a partir do par imperialismo e dependência. Com foco na dimensão monetária, como afirmam Belluzzo e Galípulo (2019, p. 179), o diferencial da taxa de juros ofertado por alguns Estados é determinado pelo “grau de confiança” dos mercados globais nas economias com “moedas destituídas de reputação internacional”. Agora, por “mercados globais”, devemos entender a tríade (EUA, países da Europa e Japão), e não a

China. É certo que os preços das commodities influenciam no valor das moedas “sem reputação”, porém, neste aspecto, é preciso considerar que, entre os mais favorecidos pela demanda asiática por commodities, e decorrente especulação mundial sobre os preços, estão capitalistas das potências ocidentais, seja porque controlam boa parte da exploração de recursos primários nas periferias, seja porque sediam os principais centros financeiros mundiais (Higginbottom, 2017). Sem falar que as importações oriundas da China abarcam as exportações de corporações da tríade que operam no país asiático (Bastos & Hiratuka, 2020).

Importa acrescentar que a dominância financeira ainda não é um aspecto preocupante, pois embora tenham crescido os financiamentos chineses para o Estado brasileiro, estes não têm se traduzido em ingerência na vida política doméstica. Também não é possível defender que os interesses econômicos chineses se sobressaem entre a miríade de interesses que compõem o bloco no poder. No governo Bolsonaro, a China foi hostilizada e os ataques ao país contidos por causa dos interesses de grandes representantes do agronegócio, entre os agentes econômicos os principais apoiadores deste governo alinhado aos interesses dos EUA⁴, potência internacionalmente em conflito com a China e, regionalmente, contra o avanço da presença desta no Brasil e países vizinhos.

Politicamente, diríamos que é difícil caracterizar as relações entre de Brasil e China como relações de dependência e se não é possível fazê-lo ao nível político, para nós, não teria sentido enquadrá-las dessa maneira. Mesmo com os investimentos diretos chineses bem adaptados à fase atual da dependência, marcada pela dissociação entre dependência e desenvolvimento, em vista da preferência conferida à extração de valor da parte dos investidores transnacionais. Por certo as relações de dependência implicam sempre em extração de valor da economia subjugada, mas o que desejamos salientar é a diferença com relação à fase da nova dependência, quando existiam vantagens relacionadas à criação de valor: industrialização com alguma transferência de tecnologia/conhecimento, geração de empregos mais qualificados, mobilidade social ascendente etc.

Em suma, insistimos na centralidade do Estado para caracterizar as relações de dependência e, igualmente, para entender o sucesso chinês. Em estudos anteriores (Souza, 2021; 2001), focamos na dependência financeira estatal para investigar os efeitos políticos, em um país dependente (Brasil), do desenvolvimento capitalista desigual e combinado em nível mundial,

⁴ Vale lembrar que, durante a pandemia, as alusões preconceituosas à China, por representantes do governo e familiares do presidente, foram criticadas em vista da dependência de insumos e vacinas chinesas, o que também determinou certo recuo nos ataques. Sobre o alinhamento do governo Bolsonaro com o governo dos EUA (administração Trump), ver Thomaz et al (2021); Berringer (2021). Sobre as relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma, ver Berringer e Belasques (2020).

que engendra a rede de dependências que entrelaça, hierarquicamente, os estados dos países centrais e os estados devedores das periferias. A ideia central que defendemos sempre foi a da configuração de um Estado dependente como o efeito político decisivo à reprodução das relações de dependência, à medida que interesses capitalistas estrangeiros integram o bloco no poder, podendo ser os interesses hegemônicos, em associação com interesses econômicos de frações da burguesia doméstica. Por isso, centramos a análise da dependência na esfera política, nas formas de intromissão na vida política dos países dependentes, procedentes de forças sociais dos países dominantes na cadeia imperialista. Dessa ótica, é que nos assemelha precipitado abordar as relações entre Brasil e China como de dependência, ainda que a presença econômica chinesa no Brasil esteja bem encaixada na fase atual da dependência.

O texto está organizado em duas partes, além desta introdução (I) e da conclusão (IV). A seguir (II), tratamos rapidamente das fases da dependência, com considerações sobre o Estado dependente. No subtópico (II-1), abordamos as relações Brasil-China, destacando a preferência pela extração de valor que define a fase atual da dependência. Na sequência (III), indagamos sobre a possibilidade de uma rodada nova de dependência com desenvolvimento, como ocorreu no pós-guerra, agora via aproximação com a China e desconexão relativa da tríade. Na conclusão, insistimos um pouco mais na questão do Estado dependente.

II. Dependência, Estado e as relações Brasil-China

Além da análise integrada, outro aspecto sublinhado pelas duas vertentes principais da teoria da dependência diz respeito à periodização das fases da dependência, em consonância com as do imperialismo. No Brasil, na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, se combinou dependência com desenvolvimento industrial, processo descontinuado nos anos 1980, com a eclosão da crise da dívida externa, contraída durante a ditadura militar para financiar o desenvolvimento. Já nos anos 1990, com as contrarreformas neoliberais, impostas em definitivo em meio ao processo de renegociação da dívida externa (adesão ao Plano Brady em 1994), consolida-se a fase da novíssima dependência. (Souza, 2021)

Como argumentam vários autores, as transformações que abriram caminho para o regime de acumulação nomeado neoliberal foram alterando as relações de dependência entre os países centrais e periféricos (Amin, 2002; Fiori, 1995; Saes, 2007⁵). Para a periferia latino-

⁵ Alguns autores analisaram esta fase da ótica do “novo imperialismo”, a nós importa sublinhar que, se o imperialismo mudou, mudaram as relações de dependência. A respeito das formas novas do imperialismo ver Callinicos (2009); Harvey (2004); Foster (2019); Smith (2016); Wood (2014). Há análises que qualificam a China como país imperialista, desconectada do projeto socialista, por exemplo, Bond (2017; 2014).

americana, as possibilidades de desenvolvimento se estreitaram, por várias razões, mas vale destacar duas: a) o acirramento da competição por investimentos diretos estrangeiros relacionado à inserção de novos produtores de manufaturados na economia mundial, especialmente países asiáticos; b) a preferência, da parte dos investidores estrangeiros, pela posse da riqueza existente (privatizações, fusões e aquisições, inversões especulativas), ao invés dos investimentos produtivos novos. Se por toda parte acelerou-se o “processo que submete a *criação de valor à extração de valor*” (Belluzzo & Galípolo, 2019, p. 97), nos países da periferia latino-americana, podemos afirmar que tal tendência tem sido proeminente.

Com efeito, uma nova divisão internacional do trabalho entrou em cena, distinguindo os espaços econômicos periféricos destinados à produção de manufaturados dos espaços destinados, preferencialmente, à extração de valor via rentismo em suas formas variadas. O Brasil, que fez a maior revolução industrial da América Latina, foi rebaixado à condição de *ofertador* de capital fictício, público e privado. Convém assinalar que o rentismo vai além da produção de papéis (capital fictício), abarcando inúmeras atividades que miram renda futura com pouca ou nenhuma produção de riqueza nova. São os casos das privatizações de empresas públicas, das fusões e aquisições, e do próprio desmatamento da Amazônia, uma vez que terras são ocupadas e desmatadas na expectativa dos processos de legalização do apossamento, para então serem vendidas.

As mudanças na ordem econômica mundial, entre as quais se destaca a ascensão da China, são os fatores externos centrais à compreensão sobre o porquê de o Brasil, que realizou uma revolução industrial admirável, encontrar-se em situação tão complicada, na qual chama atenção a queda da participação da atividade industrial no PIB. Não obstante, o legado do desenvolvimentismo (diversidade da estrutura produtiva, rede de fornecedores locais e dimensão do mercado interno relevantes) manter algum interesse pelo país da parte de grupos industriais transnacionais, especialmente como plataforma para montagem de mercadorias destinadas ao mercado interno e regional.

Da perspectiva dos fatores internos, para se compreender a situação atual, é preciso voltar ao modelo de desenvolvimento dependente e associado dos governos da ditadura militar e destacar os efeitos do endividamento externo (com destaque para o governo Geisel), que desembocou na crise da dívida nos anos 1980, levando aos processos de renegociação dos anos 1990 e à capitulação dos governos Itamar e FHC aos ditames das finanças internacionais. Nos limites deste artigo não cabe expor essa história, até porque já o fizemos (Souza, 2021), mas interessa registrar que o Brasil era o país latino-americano em melhores condições de trilhar, nos anos 1990, um caminho menos subordinado diante das contrarreformas neoliberais que os credores demandavam. Por seu turno, os governos do PT, governos Lula em especial,

ao manterem as diretrizes da política macroeconômica dos governos FHC, seguramente perderam a oportunidade da aprovação popular para tentar uma inversão de rota. Assim, se não há propriamente desindustrialização nos governos Lula, também não há crescimento industrial relevante, sendo neste período que se deu o estreitamento das relações com a China, o que, sem dúvida, prejudicou a indústria brasileira.

Desde as últimas décadas do século passado, o Estado chinês dirige a inserção do país na economia mundial como produtor e exportador de produtos industrializados e, desde 2010, aumentaram as exportações de capitais na forma de investimentos chineses diretos e indiretos. A capacidade de planejamento e coordenação do desenvolvimento industrial pelo Estado é invejável, em 2016 o país alcançou a posição de segunda maior economia do mundo e, apesar de ser um país ainda pobre, chama a atenção o êxito na superação das situações de pobreza (Stallings, 2020).

Tendo como referência a teoria da dependência em suas duas vertentes principais, entendemos que a experiência chinesa combina as duas, ao mesmo tempo em que nos obriga a repensar a teoria. As duas correntes partem da tese do desenvolvimento capitalista desigual e combinado em escala mundial como *obstáculo estrutural* ao desenvolvimento dos países dependentes. Tal perspectiva levou, na TMD, à defesa da revolução como condição para o desenvolvimento, ao passo que Cardoso e Faletto (2004) defenderam o aproveitamento das possibilidades inscritas na via dependente e associada. Em face da experiência chinesa, podemos afirmar que a tese da revolução como condição para o desenvolvimento faz muito sentido, se focada na defesa de um processo revolucionário capaz de engendrar um Estado não-dependente⁶. Isto é, um Estado com autonomia relativa suficiente para direcionar a associação com capitais estrangeiros de maneira produtiva, na contramão do entreguismo de segmentos da burguesia e da burocracia. No caso brasileiro, a causa política principal de o modelo de desenvolvimento dependente e associado ter elevado os níveis da dependência, muito mais que os da autonomia político-econômica.

Na China, o ponto de partida revolucionário possibilitou a configuração de um Estado não-dependente, fator explicativo central ao entendimento da atuação estatal na condução do processo recente de inserção da economia chinesa na economia mundial, aproveitando as possibilidades de associação com capitais estrangeiros para promover desenvolvimento industrial. Obviamente, o país foi favorecido pela globalização da produção e rearranjos territoriais decorrentes, no bojo das transformações geopolíticas e científico-tecnológicas desde o final dos anos 1970. A oferta de mão de obra abundante e barata, as expectativas de

⁶ Vale anotar que não nos parece ser assim na TMD.

ampliação de mercados (com o consumo na própria China), e fatores relacionados aos interesses geopolíticos dos EUA patrocinaram a inserção da China na economia mundial como fábrica do mundo. Os grupos transnacionais, com certeza, impuseram suas condições aos chineses, mas o Estado atuou para ampliar a margem de manobra e foi melhorando as condições de barganha, com planos e estratégias, aprendendo com os erros e conduzindo a um resultado surpreendente⁷.

Nesse processo, tanto o ponto de partida da revolução nacional-popular como as formas de *associação* com capitais estrangeiros constituem fatores explicativos centrais do êxito chinês. Em especial a revolução nacional-popular e subsequente estatização da economia explicam a inexistência de um Estado dependente na China, basicamente entendido como representante dos interesses de burguesias locais subordinadas a *sócios* estrangeiros, tudo a depender dos rumos da luta política doméstica. Ao contrário, o Estado chinês se diferencia pela capacidade de gerar burguesias sobre as quais mantém largo controle (Jabbour & Gabrielli, 2021). Como escreveu Ribeiro (2017), mesmo com as mudanças nas formas de propriedade, que propiciaram o surgimento de uma burguesia cada vez mais rica, o Estado mantém o controle sobre as diretrizes do processo de acumulação. Logo, não parece sensato afirmar que segmentos significativos da burocracia na cúpula do Estado chinês sejam orientados para o entreguismo.

II. As relações Brasil-China

Em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, porém as relações entre os dois países têm sido bastante desiguais: o Brasil exporta sobretudo produtos primários e importa manufaturados. Logo, pouco mais de uma década depois, a economia brasileira encontra-se mais vulnerável às flutuações dos preços internacionais das commodities e a queda da participação da indústria no PIB afeta a geração de empregos, com a redução generalizada e nas atividades mais qualificadas. Isto porque, apesar de a ampliação do mercado mundial para commodities ter favorecido o crescimento da economia, em especial nos governos Lula, a demanda asiática por commodities estimulou a especialização produtiva da pauta exportadora, em prejuízo da atividade industrial, que ainda perdeu mercados para os produtos industriais chineses, nacional e internacionalmente.

O interesse chinês no Brasil tem sido orientado à garantia de recursos primários dos quais a China necessita, subjacente há o objetivo de expandir mercados para produtos

⁷ Jabbour e Gabrielli (2021) narram essa história e a analisam recorrendo à ideia de economia do projetamento. Análise que nos pareceu interessante, mas vale notar que os autores dão pouca atenção à participação de capitais estrangeiros no processo de desenvolvimento nas últimas quatro décadas na China.

industriais e serviços chineses via ampliação dos investimentos diretos no país. Já os financiamentos de bancos chineses para o Estado brasileiro, e Estados latino-americanos em geral, depois do crescimento que chamou a atenção em 2010, declinam desde 2016, com queda acentuada durante a pandemia (Myers & Ray, 2022⁸). De todo modo, vale registrar que esses empréstimos não costumam vir acompanhados de *condicionalidades* que orientam os rumos da política econômica interna, como é comum no caso dos financiamentos do FMI.

No tocante aos investimentos diretos no Brasil, conforme dados de publicação do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), de 2007 a 2020 o setor que mais atraiu inversões foi o de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Com relação às regiões, o destaque ficou para o estado de São Paulo, o que mais recebeu investimentos diretos chineses: “o centro de gravidade dos investimentos chineses no Brasil, com parcela de 31% do total” (Cariello, CEBC, 2021, p. 28). Fato que se explicaria pelas vantagens do estado em infraestrutura e existência de um mercado consumidor atraente.

A forma de ingresso predominante no período de 2007 a 2020 foram as fusões e aquisições: “70% do valor dos investimentos chineses confirmados, ou seja, US\$ 46,3 bilhões”, ocorreram por meio da compra total ou parcial de empresas brasileiras ou de estrangeiras que operavam no Brasil, com concentração dos investimentos nos setores de eletricidade e de petróleo-gás. A participação dos investimentos *greenfield* foi de 24% do valor total e os projetos via *joint ventures* foram apenas 6% das operações. (Cariello, 2021, p. 31)

No ano de 2020, em função da pandemia, caíram os investimentos chineses no Brasil, que vinham aumentando desde 2010, o ano inicial das investigações do CEBC. A queda foi revertida em 2021, que repetiu o número de projetos de 2017, com a segunda maior quantidade de projetos confirmados (28 projetos efetivados), sendo o setor de eletricidade, novamente, o que mais recebeu investimentos chineses (46% dos investimentos). Porém, no quesito valores, o setor de petróleo concentrou 85% do total aportado por empresas chinesas no Brasil. A retomada dos aportes confirma o interesse chinês pelo Brasil, em 2021 o país foi o principal destino dos capitais chineses investidos no mundo, embora, neste ano, os aportes estrangeiros no país tenham crescido de maneira geral, não sendo os investimentos chineses uma exceção. No tocante à forma de ingresso, 54% dos projetos foram via fusões e aquisições, e 46% foram *greenfield*; sendo a região Sudeste, notadamente o estado de São Paulo, a que mais recebeu os empreendimentos chineses. (Cariello, 2022)

⁸ Este portal disponibiliza o mapa dos empréstimos chineses para América Latina: https://www.thedialogue.org/map_list/

Vale destacar a segunda posição alcançada em 2021 pelo setor de Tecnologia da Informação, com participação de 36% no total dos projetos chineses no Brasil (Cariello, 2022). Talvez, um indicativo do interesse chinês na diversificação dos investimentos, de maneira menos concentrada no setor de commodities. Não obstante, analistas apontem que, em se tratando dos investimentos diretos no setor industrial, as corporações chinesas costumam deslocar as operações de montagem para os países receptores, mantendo o grosso da produção na China⁹. Ademais, a forma de ingresso por meio das desejáveis *joint ventures*, valorizados nos estudos sobre desenvolvimento na China e na Coreia do Sul¹⁰, entre 2007-2020, como apontado, foram apenas 6% das operações (ainda não temos os dados de 2021).

As publicações do CEBC (Cariello, 2021; 2022), bem como fontes secundárias indicadas nas referências, fornecem um panorama abrangente dos investimentos chineses no Brasil. De maneira geral, o balanço é mais negativo que positivo: aumentou o peso das commodities na pauta exportadora; acentuou-se a dependência da demanda proveniente do país asiático; nos investimentos diretos sobressai a preferência pelas aquisições e fusões; da ótica das transferências de tecnologias e avanços tecnológicos, os investimentos diretos chineses não parecem animadores, sequer da perspectiva da geração de empregos se destacam muito; e grupos chineses ainda avançaram sobre *mercados brasileiros*, nacional e internacionalmente.

Não seria equivocado afirmar que o estreitamento das relações entre os dois países, das trocas comerciais ao aumento dos investimentos diretos chineses no Brasil, combina, sobretudo, formas de dependência típicas da fase *tradicional* com as da fase da *novíssima* dependência. Isto é, as formas dominantes até os anos 1930, quando o país exportava produtos primários e importava produtos industriais, com as formas atuais, marcadas pela preferência pela aquisição da riqueza existente, ao invés dos investimentos produtivos novos, indutores de ganhos científicos-tecnológicos, como os ocorridos na fase da nova dependência.

⁹ Ver relatórios CEBC; Conti e Blikstad, 2017; Hiratuka, 2019; Stallings, 2020. A título de ilustração, pesquisa sob nossa orientação, sobre a *joint-venture* CAO A-Chery, instalada em Jacareí/SP, identificou nos dados de importação e exportação do município o aumento das importações de partes e acessórios de veículos automotivos, fato indicativo da importação de peças prontas para serem montadas em Jacareí. O investimento, comemorado por ser um *joint-venture* que prometia transferência de tecnologia e parcerias com universidades brasileiras em P&D (ver matéria da *Carta Capital*, O senhor CAO A aposta no Brasil, de 13 dez. 2017) parece que está em fase de encerramento das atividades. Agora, em 2021, o grupo chinês Great Wall, adquiriu a fábrica da Mercedes-Benz em Itacemápolis - SP, prometendo incrementar a produção de carros elétricos no Brasil e contribuir para com o desenvolvimento de um ramo da indústria de alto valor agregado e, novamente, a expectativa de transferência de tecnologia aparece em matérias a respeito. A conferir.

¹⁰ Nos dois países as *joint-ventures* implicaram em associações entre capitais estrangeiros e domésticos, associações vinculadas à transferência de tecnologias e introdução de inovações no processo produtivo e de gestão. Recentemente (2020), a China extinguiu a obrigatoriedade da criação de *joint-ventures* para empresas estrangeiras atuarem no país.

III. Desconexão via aproximação com a China

Partimos do pressuposto de que, assim como nos anos 1990 era o Brasil o país sul-americano em melhores condições de conduzir uma inserção mundial mais produtiva diante da globalização (e não o fez¹¹), neste início de século é o que teria mais poder para barganhar parcerias produtivas com a China. A economia brasileira está entre as maiores do mundo, ainda é bastante diversificada, tem boas universidades e centros de pesquisa, possui e pode ampliar a rede nacional de fornecedores e o mercado interno, além de, desde o país, se poder acessar o mercado regional. Stallings (2020), no intuito de classificar as relações da América Latina com a China, divide a região em grupos de países e o Brasil estaria entre os que teriam mais poder de negociação, com o qual a China manteria, inclusive, postura mais discreta e amigável (Instituto Confúcio, bolsas de estudos).

Entretanto, como apontado, a relação comercial com a China é bem desigual e, em uma contenda com o Brasil, a potência asiática poderia ter o apoio de outras potências, com as quais tem laços econômicos importantes. Não faltam episódios históricos nos quais os Estados dominantes se uniram contra países periféricos e dependentes, em que pese a competição capitalista mundial pelos mercados periféricos. Também há casos nos quais os Estados dependentes foram favorecidos por esta competição, atraindo investimentos ao encontro de projetos desenvolvimentistas. Vale lembrar o governo Juscelino Kubitschek, que visando atrair a indústria multinacional de duráveis para o Brasil, principalmente a automobilística, jogou com a competição entre capitais norte-americanos e europeus (Bandeira, 2011).

Isto é, as disputas de interesses em âmbito mundial podem conferir aos Estados dependentes margem de manobra para barganhar investimentos estrangeiros portadores de desenvolvimento. Neste sentido, parece-nos que estamos em momento propício para negociar investimentos chineses mirando ao desenvolvimento, na esteira dos avanços alcançados nos governos liderados pelo PT, em especial em torno da criação do BRICS e das suas instituições financeiras (NDB e ACR); e desde 2004 por meio dos planos decenais de cooperação. Porém, entendemos que o Brasil precisa de um plano mais ambicioso (um guia de ações) e bem desenhado, que oriente as relações com a China em sentido desenvolvimentista. Aliás, o fato

¹¹ Recentemente, Fernando Henrique Cardoso afirmou que a China soube aproveitar melhor **as oportunidades oferecidas pelo processo de globalização**: “A China aproveitou melhor. Entenderam a importância da tecnologia, deram muita atenção à ciência, à educação. No Brasil, as coisas se deram como se os ganhos viessem de barato, mas não era assim. Tinha que fazer mais esforço.” O que ele deixou de dizer é que foi no seu governo que não se soube aproveitar as oportunidades da globalização. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/fhc-reve-trajetoria-em-novo-livro-e-diz-que-brasil-naturalizou-pobreza-e-desigualdade.shtml>, acesso em 26/07/2022.

de as universidades/centros de pesquisa no Brasil serem obrigadas a pesquisar sobre a experiência chinesa, em si, já é positivo, na medida em que pode contribuir para enfraquecer o neoliberalismo como receituário único a ser seguido.

Da ótica das relações entre Estado e bloco no poder, a dependência do mercado chinês, da parte de segmentos do agronegócio e setor exportador de produtos primários em geral, tende a amparar uma maior aproximação com a China. Já interesses ligados ao setor industrial, prejudicados na competição com produtos chineses, poderiam ser contemplados em um plano desenvolvimentista associado à China. Por certo, não se pode ignorar a própria história e se deve aprender com a experiência chinesa, no sentido de se evitar o abuso do recurso ao endividamento externo. No entanto, seria possível ao Brasil recorrer ao banco do BRICS (NDB), do qual é membro-fundador, até porque, em caso de dificuldades, seria mais fácil a renegociação de dívidas. Cogitemos a hipótese de o país não conseguir honrar seus compromissos, o que aconteceria: seria expulso do bloco, direto para os braços dos EUA? Improvável. E obviamente não estamos defendendo que o Estado brasileiro dê calote ao *seu* banco.

Por fim, vale indagar sobre as práticas imperialistas, considerando que perpassam os processos de extração de valor relacionados aos investimentos diretos chineses no Brasil. Qual a diferença, para países dependentes, se essas práticas provêm de países imperialistas ou dos não imperialistas? Na linha do que escrevemos sobre o suposto imperialismo (ou subimperialismo) dos governos Lula, repetimos aqui que é mais fácil barganhar vantagens e concessões com um país não imperialista, como era o caso do Brasil supostamente subimperialista, do que com os as potências de fato imperialistas.

Na época em que rechaçamos a pertinência da tese do subimperialismo, de Ruy Marini, para se abordar os governos Lula, argumentamos que a retomada desviava o foco dos países imperialistas e errava ao não reconhecer que investimentos diretos estrangeiros podem implicar em ganhos para o país receptor (capital estrangeiro e imperialismo não são simplesmente a mesma coisa), além de destacarmos os limites financeiros para o governo Lula ser taxado de imperialista, ainda que *sub*. (Souza, 2013; 2021)

Dessa ótica é que gostaríamos de recuperar a ideia de desconexão (*delinking*) de Samir Amin (1988; 1990), para defender que o estreitamento das relações com a China, e a desconexão relativa da tríade, talvez seja uma possibilidade para se tentar escapar dos limites impostos pela fase da novíssima dependência. Resumimos a proposta de Amin em outra oportunidade (Souza, 2018), aqui apenas apontaremos que a ideia central é a de que a desconexão implica em fazer a dinâmica externa funcionar a favor do desenvolvimento interno, por meio da desvinculação dos ditames do mercado mundial. Para o autor, se em

100% algo impossível, a meta de 70% já traria bons resultados (Amin, 2017). Nós apostamos que em 50% já faria diferença.

No caso do Brasil, entendemos que se trataria de desvincular-se da tríade via mais aproximação com a China. Sem dúvida, uma alternativa arriscada, uma vez que inserida na *lógica dependentista* de sempre, porém, talvez um suporte para o país sair situação de vulnerabilidade na qual se encontra, aguçada por causa das relações com a China. Pode parecer contraditório (sendo), mas parece-nos que o Estado brasileiro teria condições de tentar conduzir o *fator externo* China mais ao encontro de prioridades internas. A China fez isso: colocou a dinâmica externa para funcionar em favor do desenvolvimento nacional, no caso por meio da conexão com o mercado mundial, em parte submetendo-se às suas regras, de outra parte as subvertendo (escapando ao neoliberalismo).

Como apontado, os investimentos diretos chineses no Brasil, crescentes desde 2010, são pouco significativos em ganhos tecnológicos/transferência de conhecimento, geração de empregos de qualidade. A estratégia da desconexão teria de passar por mudanças qualitativas nas relações com a segunda potência mundial e, na região, vale insistir, o Brasil estaria em melhor situação para jogar com as disputas China-EUA visando atrair investimentos produtivos novos, quantitativa e qualitativamente. A estratégia, provavelmente, serviria também à atração de investimentos estrangeiros da parte das potências ocidentais.

Os investimentos em infraestrutura têm poder de atração dos chineses, em especial a construção de *corredores* para as exportações, sempre problemáticos do ponto de vista ambiental. Da perspectiva das lutas sociais, a mobilização contrária seria certa e necessária, sendo o acirramento das disputas entre EUA e China por influência na região um aspecto que pode incrementar as lutas sociais, com ONGS financiadas pela tríade vindo ao encontro dos movimentos de resistência locais, em uma movimentação potencialmente positiva para conquistas populares e socioambientais.

O fortalecimento de forças políticas engajadas na mobilização popular direcionada a reformas sociais e em defesa do meio ambiente seria, aliás, um dos maiores ganhos que a alternativa da desconexão poderia produzir. Evidentemente, um plano de desenvolvimento via desconexão não poderia descurar da dimensão ambiental, o comprometimento com a conservação da floresta amazônica e com o bom uso das riquezas naturais e proteção dos povos que ali vivem. Entretanto, é o acirramento das lutas sociais locais, em dimensão internacional, que pode impor esse sentido.

IV. Conclusão

Neste texto, defendemos que ainda não nos parece pertinente qualificar as relações Brasil-China como relações de dependência e que tampouco seria adequado definir a China como potência imperialista (no estágio superior), na medida em que não identificamos o domínio do capital financeiro na economia chinesa, sequer dirigindo o expansionismo chinês. Este, no entanto, como todo expansionismo, é marcado por práticas imperialistas, no caso do Brasil, no mínimo é possível afirmar que os investimentos diretos chineses estão bem adequados à fase atual da dependência, marcada pela preferência pelos processos de extração de valor. De todo modo, as relações Brasil-China ainda não se expressam, politicamente, como relações de dependência. Ou seja, não se expressam como ingerência chinesa na vida política brasileira.

A título de ilustração, são inúmeros os episódios de interferência estrangeira direta ao longo da história da República brasileira (para não estendermos muito). Durante a República Velha, o acordo do *Funding-Loan* de 1898 explicita a subordinação do Estado brasileiro aos interesses do capital financeiro inglês, concretamente os interesses hegemônicos no bloco no poder, sendo o acordo prejudicial até para outras frações da burguesia inglesa. À época, o jornal *Standard* de Londres justificou a ingerência alegando que os ingleses estavam intervindo na própria casa, em vista dos 84 milhões de libras que tinham investidos no país (Souza, 2001). O mesmo *espírito* repetiu-se em vários outros momentos na fase da nova dependência, vale destacar o apoio político-militar dos EUA ao golpe de 1964, por meio da Operação Brother Sam (Fico, 2008).

Nos primeiros governos militares, as frações industrial e bancária da burguesia interna exerceriam a hegemonia em uma espécie de condomínio de poder no interior do qual interesses estrangeiros tinham peso terminante, várias decisões de política econômica seguiram *orientações* de agentes externos. Ao final da ditadura, os interesses bancários-financeiros já eram os hegemônicos (governos Geisel e Figueiredo), largamente afins aos do capital financeiro internacional, proeminentes nos acordos com o FMI diante da crise da dívida externa nos anos 1980 e nas renegociações dos anos 1990.

Por sua vez, à medida que o problema da dívida externa foi sendo substituído pelo da dívida interna, o Estado brasileiro passou a operar no sentido de garantir *o futuro* por meio de políticas tidas como *responsáveis* da ótica do Mercado, visando atrair capitais estrangeiros, em boa medida, direcionados para as atividades rentistas. Os governos do PT não foram exceção, mas procuraram favorecer segmentos da burguesia interna, orientação da política econômica que desencadearia reação imperialista por meio de métodos mais sofisticados: a ingerência via Judiciário brasileiro (Bugiato, 2022).

É tudo conhecido, as menções apenas servem à caracterização da dependência como expressão política, nos países dependentes, do expansionismo dos países imperialistas¹², sendo as decisões *meramente* econômicas dos agentes estrangeiros eivadas de implicações políticas: prioridade para o rentismo, fuga de capitais, fechamento de fábricas, substituição de produção por importações, tudo reflete na esfera política da formação social dependente. O que defendemos é que, no caso das relações com a China, a ingerência política como contraface da situação de dependência ainda não é um fenômeno relevante, em que pese a adequação dessas relações à fase atual da dependência, a assimetria nas trocas comerciais e a dependência econômica do mercado chinês para as exportações de commodities do Brasil. Acima de tudo, a despeito dos aportes chineses estarem marcados pela dissociação entre dependência e desenvolvimento, para nós, o fato de as relações Brasil-China ainda não se configurarem politicamente como relações de dependência permite vislumbrar alternativas via desconexão da tríade e aproximação *projetada* com a China.

Ao longo do texto, insistimos no fator Estado dependente para distinguir o Estado chinês, que não pode ser apreendido desse modo. Produto do processo revolucionário, o Estado chinês acumulou autonomia, nas últimas quatro décadas a serviço da inserção na economia mundial orientada para o desenvolvimento nacional. A experiência chinesa ensina que a associação com capitais estrangeiros pode não implicar na reprodução contínua das relações de dependência via subordinação política; assim como revoluções no mundo periférico evidenciam que a “condição” defendida pela TMD pode não ter o desenvolvimento como resultado. Algo mais identificável na experiência sul-coreana, de desenvolvimento pela via dependente-associada, do que em experiências revolucionárias do século XX na periferia do capitalismo. Nem a revolução leva necessariamente à autonomia política necessária para o desenvolvimento, nem toda via dependente-associada apenas aprofunda a dependência e a vulnerabilidade político-econômica¹³.

Seja como for, a teoria da dependência, ao invés de enterrada pela experiência chinesa, pode ajudar na compreensão deste e de outros casos de desenvolvimento capitalista tardio

¹² Conforme Cardoso (1970): “Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (p. 32). O autor está duvidando da plausibilidade de uma teoria da dependência, não é o nosso caso, consideramos que a teoria existe e é produtiva, mas precisa avançar na dimensão política (Souza, 2021).

¹³ No caso da Venezuela, por exemplo, uma *situação* revolucionária produziu um Estado insurgente (não dependente), porém a economia segue dependente das exportações de petróleo e a natureza rentista da economia constitui um entrave para o desenvolvimento industrial. Isto é, o Estado está adiante da economia no tocante à dependência, porém o controle da renda do petróleo por segmentos burocráticos (mormente, militares), do ponto de vista dos fatores internos, parece ter se tornado um entrave às políticas de desenvolvimento industrial, igualmente dificultado por fatores externos (boicote dos EUA/tríade).

bem-sucedidos, desde que se supere a ausência da centralidade da problemática do Estado que caracteriza as duas correntes principais da teoria (Souza, 2021). E acreditamos que o método da análise integrada, articulando fatores internos e fatores externos, seja imprescindível para se entender a variedade de casos e, em especial, a ascensão mundial chinesa, marcada pela configuração de um Estado com autonomia para aproveitar as possibilidades abertas pela dinâmica capitalista mundial nas últimas quatro décadas.

Por seu turno, o Brasil também não deixa de ser um caso *desenvolvimentista* surpreendente. O país não foi propriamente “convidado” a se desenvolver pelos EUA, como a Coreia do Sul, nem passou por qualquer revolução nacional-popular, como a China, e mesmo assim fez a maior revolução industrial do mundo periférico liderada por um Estado dependente, via modelo dependente-associado de desenvolvimento. Um processo cujo resultado foi, do ponto de vista social, assombrosamente desigual, mas que elevou em muito a posição do país na lista das economias periféricas e dependentes. Portanto, sempre vale perguntar em que momento tudo desandou. Em prol da concisão, diríamos que tudo começou a se perder com o golpe de 1964, notadamente em meio ao processo de endividamento externo nos anos 1970, quando o país embarcou no movimento de liquidez internacional.

Agora consideramos possível aproveitar a ascensão da China e as disputas geopolíticas decorrentes para tentar a desconexão relativa da tríade, em direção a uma tentativa nova de se combinar dependência com desenvolvimento, dessa vez procurando acertar mais. A associação com a China seria um suporte-ponte, em um momento no qual as relações ainda não estão conditas com justeza no par imperialismo-dependência. É certo que um cenário de desaceleração econômica mundial pode retrair o interesse dos chineses pelos investimentos diretos no estrangeiro e enfraquecer a margem de manobra do Brasil. O ano de 2021 aponta em direção contrária, mesmo assim a tarefa não é nada fácil: *combinar com os chineses* e, ao mesmo tempo, confrontar os EUA.

De toda maneira, concebemos a desconexão como linha auxiliar, para o Brasil reemergir o fundamental seriam as reformas domésticas, a começar pela justiça tributária, visando, sobretudo, ao financiamento de uma reforma educacional ampla. Percurso, talvez, dependente de uma conjuntura de crise marcada por grandes mobilizações populares, que, certamente, teria de enfrentar a força da resposta fascista.

Referências Bibliográficas:

- Amin, Samir (2017). A Dependency Pioneer. In Kufakurinani, U., Kvangraven, I., Styve, M. D., & Santanta, F.. *Dialogues on Development*. Volume 1: Dependency.
- Amin, S. (2002). *Au-delà du capitalisme sénile: pour un XXIe siècle non-américain*. Presses Universitaires de France-PUF.
- Amin, S. (1990). Por una estrategia de desarrollo autocentrado en África. *Africa América Latina, cuadernos: Revista de análisis sur-norte para una cooperación solidaria*, (1), 27-38.
- Amin, S. (1988). *Desconexión, La* (Vol. 7). Iepala Editorial.
- Bandeira, L. A. M. (2011). *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. 2ª ed. Unesp Editora.
- Bastos, P. P. Z. (2017). Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, 21.
- Bastos, P. P. Z., & Hiratuka, C. (2020). The foreign economic policy of Dilma Rousseff's government and the limits of dependency. *Latin American Perspectives*, 47(2), 25-46.
- Belluzzo, L. G., & Galípolo, G. (2019). *A escassez na abundância capitalista*. Editora Contracorrente.
- Berringer, T. (2021). Nacionalismo às avessas. In Maringoni, G., Schutte, G. R., & Berringer, T. (Orgs). *As bases da política externa bolsonarista*. Santo André: EdUFABC.
- Berringer, T., & Belasques, B. (2020). As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. *Carta Internacional*, 15(3).
- Bond, P. (2017). The Political Economy of Africa and Dependency Theory. In Kufakurinani, U., Kvangraven, I., Styve, M. D., & Santanta, F. *Dialogues on Development*. Volume 1: Dependency
- Bond, P. (2014). Which way forward for the BRICS in Africa, a year after the Durban summit. *Pambazuka News*, 9.
- Bugiato, C. (05.06.2022). A arte de derrubar governos. *A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/a-arte-de-derrubar-governos/>
- Callinicos, A. (2009). *Imperialism and global political economy*. Polity.
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Civilização Brasileira.

Cardoso, F. H. (1970). Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. *2º Seminário Latinoamericano para El Desarrollo*. Santiago: Chile, FLACSO, 26-45.

Cariello, T. (2021). *Investimentos Chineses no Brasil. Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)*. São Paulo: Conselho Empresarial Brasil-China. <https://www.cebc.org.br/>

Cariello, T. (2022). *Investimentos chineses no Brasil 2021, um ano de retomada*. São Paulo: Conselho Empresarial Brasil-China. <https://www.cebc.org.br/>

Carvalho, L. (2018). *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. Editora Todavia.

De Conti, B., & Blikstad, N. (2017). Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. *Texto para Discussão Unicamp-IE*, (292), 1-33.

Fico, C. (2008). *O grande irmão*. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fiori, J. L. (1995). A globalização e a novíssima dependência. In Fiori, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight.

Foster, J. B. (2019). Late imperialism. *Monthly Review*, 71(3), 1-19.

Harvey, D. (2004). *Novo imperialismo (O)*. Edições Loyola.

Higginbottom, A. (2017). The Informal Empire of London. In Kufakurinani, U., Kvangraven, I., Styve, M. D., & Santanta, F. (2017). *Dialogues on Development*. Volume 1: Dependency

Hiratuka, C. (2019). Chinese OFDI in Brazil. In Dussel Peters, E. (editor). *China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía.

Kufakurinani, U., Kvangraven, I., Styve, M. D., & Santanta, F. (2017). *Dialogues on Development*. Volume 1: Dependency.

Jabbour, E.; e Gabrielle, A. (2021). *China: o socialismo do século XXI*. Boitempo.

Lenin, V. I. (2021). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Boitempo Editorial.

Marini, R. M. (2005). *Dialética da dependência*. Editora Expressão Popular.

- Myers, M., & Ray, R. (2022). WHAT ROLE FOR CHINA'S POLICY BANKS IN LAC?. *Energy*, 35, 40.
- Ribeiro, V. L. (2017). A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, 5(1), 121-140.
- Saes, D. A. M. (2007). Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Nogueira, F. M. G.; & Rizotto, M. L. (orgs). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. Editora Xamã.
- Singer, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estudos CEBRAP*, 39-67.
- Smith, J. (2016). *Imperialism in the twenty-first century: Globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. NYU press.
- Souza, A. M. (2021). *Dependência e governos do PT*. Editora Appris.
- Souza, A. M. (2018). Novíssima dependência, decolonialidade e desconexão. Barcelona: *XV Colóquio Internacional de Geocrítica*, 7.
- Souza, A. M. (2013). Crítica à noção de subimperialismo. *Crítica Marxista*, (36).
- Souza, A. M. (2001). *Estado e dependência no Brasil, 1889-1930*. Annablume.
- Stallings, B. (2020). *Dependency in the twenty-first century?: The political economy of China-Latin America relations*. Cambridge University Press.
- Thomaz, L. F., Vigevani, T., & Ferreira, E. C. (2021). A política subordinada de Bolsonaro a Trump (2019-2020): Estudos de casos-Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos. *Sul Global*, 2(2).
- Wood, E. (2014). *O império do capital*. São Paulo: Editora Boitempo.

RECEBIDO EM 01/06/2022

APROVADO EM 30/07/2022